

Dora Kramer*

Desacerto entre aliados é obstáculo para Flávio Bolsonaro

A campanha de Flávio Bolsonaro (PL) ecoa o velho provérbio que usa a figura da “bela viola” para falar do contraste entre imagens externas e realidades internas.

Nas pesquisas de opinião, o senador faz bonito. Aparece vigoroso, com traços de vencedor. Em casa, o ambiente é de completo desalinho. Os irmãos brigam com os companheiros de campo ideológico - ainda distante da condição de aliados-, a mulher do pai preserva distanciamento para lá de crítico e parte dos correligionários ainda prefere a condição de espectadores não engajados.

A nação evangélica colocou-se no modo de espera e os concorrentes à direita ensaiam as primeiras críticas, sinalizando mais interesse em disputar vaga no segundo turno do que em atuar como linhas auxiliares.

Para complicar, o pretendente a candidato se debate entre a essência radical que fideliza a tribo de origem e a necessidade de se mostrar um moderado desde remotos ancestrais.

O filho do Jair encontra-se acochado. De um lado, pelo receio da família de que perca terreno para outros oponentes da direita;

e, de outro, por exigências de que apresente credenciais substantivas para o exercício da Presidência da República.

Difícil, porque lá no início Flávio Bolsonaro havia dito que sua candidatura não era para valer, buscava apenas uma negociação em torno da anistia para o ex-presidente. Agora quer fazer valer o dito pelo não dito, mas encontra obstáculos na vida real. Ele mesmo tratou de desmentir o pouco que se soube sobre sua agenda na economia.

As coisas que não são de verdade podem

acabar se revelando como farsa. O cenário de arranca-rabos internos levanta a seguinte indagação: uma vez Flávio Bolsonaro posto no Palácio, quem comandaria o Planalto? Os irmãos desatinados, o pai prisioneiro como conselheiro oculto ou o eleito por obra do acaso?

A pertinência da incerteza autoriza a projeção do risco de o Brasil eleger um presidente de governo em que todo mundo grita, ninguém se entende e o país que se vire como um navio à deriva.

***Jornalista e comentarista de política**

Flávio Willeman*

Royalties do Petróleo: a irracionalidade de distribuir sem assumir riscos

“O petróleo é o sangue da terra; é a alma da indústria moderna; é a soberania.” A frase de Monteiro Lobato, escrita em 1936, continua desconfortavelmente atual. Não apenas como diagnóstico histórico, mas como advertência — especialmente quando a discussão sobre a distribuição dos royalties e participações especiais do petróleo volta à pauta do Supremo Tribunal Federal.

Em 2012, quando o Congresso aprovou a nova lei de redistribuição dos royalties, o país vivia um momento de euforia. O pré-sal havia sido descoberto poucos anos antes, os preços internacionais estavam elevados e consolidava-se a percepção de que o Brasil havia ingressado, de forma definitiva, no seleto grupo das grandes potências energéticas. A premissa implícita era simples: haveria riqueza suficiente para todos. Redistribuir seria, portanto, apenas uma questão de justiça federativa.

Essa visão, no entanto, partia de três equívocos. O primeiro era supor que o pré-sal representava uma riqueza automática, quase garantida. Ignorava-se o fato de que a exploração em águas ultraprofundas exige volumes gigantescos de capital, tecnologia sofisticada e gestão de risco em escala global. O petróleo não é uma renda passiva — é uma atividade econômica intensiva, sujeita a incertezas e ciclos.

O segundo equívoco estava no desenho institucional. O Brasil optou por um modelo de partilha que concentrava poderes na União, atribuía à Petrobras o papel obrigatório de operadora, e criava estruturas estatais para gerir a produção. A aposta era clara: o Estado seria capaz de maximizar a captura da renda do petróleo.

A realidade se impôs poucos anos depois. A

combinação de crise fiscal, escândalos de governança e queda no preço do petróleo expôs as fragilidades do modelo. Em 2016, o Congresso foi chamado a corrigir o rumo: a obrigatoriedade da Petrobras como operadora foi mitigada, abrindo espaço para maior participação do capital privado. Em outras palavras, o modelo original de partilha não se sustentava como concebido. Precisou ser flexibilizado para funcionar e, sobretudo, alocar os riscos de uma atividade econômica cercada de incertezas.

O terceiro equívoco — talvez o mais persistente — foi tratar os royalties como uma espécie de renda neutra, passível de redistribuição ampla, independentemente da localização da produção. Estados e municípios produtores passaram a ser vistos como beneficiários de uma riqueza “excessiva”, como se os recursos recebidos não estivessem vinculados a riscos específicos, impactos territoriais e custos estruturais.

Quatorze anos depois, o cenário é outro. O pré-sal amadureceu. A produção cresceu, a participação de empresas privadas aumentou e o Brasil consolidou uma posição relevante no mercado internacional. Mas essa maturidade trouxe também maior clareza sobre a natureza da atividade: trata-se de um setor altamente capitalizado, dependente de estabilidade regulatória e sensível a variações de preço e risco geopolítico.

Ao mesmo tempo, uma nova fronteira se impõe: a Margem Equatorial. Trata-se de uma região promissora, mas cercada de incertezas ambientais, regulatórias e reputacionais. O risco exploratório local é elevado, não só do ponto de vista ambiental, mas de falta de infraestrutura que suporte o fluxo

migratório de recursos e de pessoas que o desenvolvimento da indústria irá impor. Mais uma vez, o risco está concentrado territorialmente.

É nesse contexto econômico, de alocação de riscos, que a discussão sobre royalties precisa ser enfrentada. Pulverizar recursos e concentrar riscos é um contrassenso, que reflete um discurso distributivo vazio.

Royalties não são um prêmio geográfico. Não são uma transferência arbitrária de riqueza. São, por definição, uma compensação econômica. Compensação por riscos assumidos, por externalidades geradas, por investimentos realizados e por impactos locais — ambientais, urbanos e sociais — que não se distribuem de forma homogênea pelo território nacional.

Acima de tudo, dentro da realidade de um recurso finito, são uma ponte para o futuro — uma forma de se buscar novas vocações econômicas que possam assegurar a sustentabilidade financeira da região impactada diretamente pela sua exploração e produção.

A tentativa de dissociar receita e risco produz distorções evidentes. Ela fragiliza os entes federativos que efetivamente sustentam a cadeia produtiva, reduz incentivos à cooperação institucional e compromete a previsibilidade regulatória — elemento essencial em um setor de longo prazo como o de petróleo e gás.

Essa tensão se manifesta de forma particularmente aguda no caso do Rio de Janeiro e de seus municípios produtores. A hipótese de uma distribuição plena e indistinta dos royalties revela, com maior nitidez, as distorções do modelo: são entes que concentram não apenas a produção, mas tam-

bém os riscos ambientais, os custos de infraestrutura, as pressões urbanas e as externalidades sociais associadas à indústria petrolífera.

A redistribuição ampla tende a fragilizar essas regiões justamente quando mais necessitam de capacidade fiscal para responder a tais desafios. Ainda que se sustente, em plano abstrato, um potencial ganho agregado para o país — argumento, aliás, discutível e de difícil comprovação empírica —, o efeito concreto é a transferência de recursos de áreas diretamente impactadas para entes que não participam da mesma estrutura de risco, comprometendo a racionalidade econômica e a coerência federativa do sistema.

O Brasil já aprendeu, a um custo elevado, que modelos excessivamente centralizados e baseados em premissas otimistas não resistem à realidade. Corrigiu o modelo de exploração, flexibilizando a partilha e abrindo espaço para maior eficiência econômica. Falta, agora, ajustar a lógica da distribuição.

Revisitar a discussão dos royalties sem levar em conta a experiência acumulada do pré-sal e os desafios da nova fronteira exploratória é repetir o erro de 2012 — desta vez sem o alibi da incerteza.

Lobato escreveu que “não ter petróleo é ser escravo”. Em um país federativo, pode-se acrescentar: desorganizar os incentivos econômicos em torno do petróleo é comprometer a própria capacidade de transformar riqueza natural em desenvolvimento sustentável. A lição está dada.

***Procurador do Estado e Secretário de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro.**

Artigo publicado originalmente no site Migalhas

Tainá de Paula*

O royalties são nossos: o petróleo e a transição energética

A história do Rio de Janeiro é indissociável da sua geografia. Mas, nas últimas décadas, tornamo-nos perigosamente dependentes das nossas profundezas marítimas. O debate sobre a redistribuição dos royalties do petróleo, que tramita no Supremo Tribunal Federal, não é apenas uma disputa contábil entre estados. Para nós, fluminenses, é o momento de fazer a discussão sobre como utilizaremos o último suspiro de uma matriz em declínio para financiar a nossa liberdade.

Precisamos ser nítidos: o Rio de Janeiro pode perder bilhões de reais com uma única canetada. Se a regra de partilha mudar bruscamente, o nosso estado — que responde por mais de 80% da produção nacional — sofrerá um rombo de R\$8 bilhões por ano para o estado e outros R\$13 bilhões para os municípios fluminenses. Isso significaria o colapso anunciado de municípios como Macaé e Campos, onde os royalties mantêm escolas e hospitais. No entanto, nossa defesa não pode ser apenas pelo status quo. O Rio padece da “doença holandesa”: uma abundância de recursos que atrofia outros setores e vicia a gestão pública. Defender os royalties hoje exige, obrigatoriamente, pensar além, discutir a superação dessa dependência.

O mundo vive hoje uma encruzilhada geopolítica. Olhamos para o mapa global e vemos que o controle das fontes de energia ainda é o motor de guerras, crises de soberania e desigualdades abissais. Ao mesmo tempo em que a guerra entre EUA e Irã fizeram o preço do petróleo disparar no mercado internacional, aconteceu na Colômbia, entre 24 e 29 de abril, a Primeira Conferência sobre a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis. A China, fugindo da dependência energética de uma commodity de preço internacional tão volátil, vem investindo fortemente no uso de energia elétrica, em especial aquela produzida por meios sustentáveis, como energia solar, produzida em gigantescas fazendas solares (a maior em operação fica em Urumqi, Xinjiang, possui 13.300 hectares e pode gerar mais de seis milhões de quilowatts).

O petróleo, que hoje financia o orçamento, é o mesmo que nos acorrenta a um modelo econômico instável e ambientalmente insustentável. Nossa verdadeira luta não é apenas para manter o recurso no caixa, mas para que esse dinheiro seja o combustível da nossa emancipação. O Rio não quer apenas manter aqui os royalties; o Rio quer liderar a inteligência da transição, transformando

o lucro fóssil em soberania renovável.

Como arquiteta e urbanista, vejo uma contradição insuportável. O estado que move o Brasil é o mesmo onde famílias vivem sob o risco constante de desastres climáticos. O royalty deve ser entendido como uma indenização pelo dano potencial, mas, acima de tudo, como o capital que vai viabilizar uma mudança de era. Por isso, proponho uma nova governança através de uma Lei de Responsabilidade Territorial, carimbando esses recursos para eixos que garantam nossa sobrevivência: Urbanização e Adaptação Climática; Saneamento e, fundamentalmente, Transição Energética e Inovação.

O mundo muda rápido e a nossa autonomia depende de transformarmos a riqueza do oceano na base da transição energética. Queremos o que nos cabe por direito para que o Rio de Janeiro seja o centro global desse debate. O destino da exploração de petróleo deve ser, obrigatoriamente, financiar o caminho para o seu próprio fim.

Segundo a Agência Internacional de Energia, a demanda global por carvão, petróleo e gás natural precisa diminuir em aproximadamente 90%, 75% e 55%, respectivamente, até 2050, atingindo o pico e entrando em declínio estrutural antes de

2030, para que se alcance emissões líquidas zero até meados do século. A Agência ainda aponta que as energias renováveis representariam quase 90% da geração global de eletricidade até 2050. No setor de transportes — que, como temos visto, tem sido imensamente afetado pela guerra entre EUA e Irã, em especial quando olhamos para o preço do diesel — a mudança de combustíveis significa acelerar infraestrutura de recarga e uso de veículos elétricos, com a projeção de que os veículos elétricos ultrapassem 60% das vendas globais de automóveis até 2030 e cheguem a cerca de 90% até 2050. O estado do Rio tem o dever e a oportunidade de estar à frente desses processos, sem que, no entanto, fique com o ônus do risco enquanto o petróleo ainda está no centro da geração de energia para transporte.

Os royalties devem ficar onde o risco reside, para que tenhamos os meios de construir uma economia que não dependa mais deles. Que o petróleo do Rio seja o último grande subsídio da história para a construção de um futuro limpo, justo e, finalmente, livre.

***Vereadora e secretária de Meio Ambiente e Clima do Rio de Janeiro entre 2023-26**